

Este texto começou a ser redigido na manhã da sexta-feira em que deve ser publicado, o que pode desencadear dificuldades editoriais (a obrigação corretiva, por exemplo), mas estamos lidando com uma situação emergencial, que tende a nos paralisar: independentemente do resultado que advenha do segundo turno para as eleições presidenciais no Brasil, saber que metade da população concorda com a promulgação fascista, por vias democráticas, é algo que nos apavora. Parte considerável dos eleitos para o Senado e para a Câmara de Deputados demonstra que, por causa do tom de revanchismo futebolístico atribuído ao maniqueísmo partidário, o fanatismo instaurou-se como diretriz governamental, para além da necessidade de um programa de ações. Afinal, o que leva alguém como a ex-primeira dama Michelle Bolsonaro a receber votação tão expressiva em sua primeira candidatura? O sobrenome difamado foi suficiente para que ela ocupe uma posição importantíssima em Brasília. É difícil manter a sanidade diante de notícias assim!

Precisamos reagir, entretanto: seguimos perante o desafio contínuo de explicarmos conceitos óbvios e demonstrarmos situações elementares. Até que ponto é lícito que gritemos com um trabalhador vinculado à doutrina direitista, a fim de demonstrar-lhe que as decisões deste grupo são contrárias ao seu direito ao bem-estar? Às vezes, convém silenciar, esperar, aguardar o próprio curso da História, sem que isto implique em capitular. Estudar é manter-se firme, preparar-se para impedir que as mazelas do passado repitam-se através de nosso consentimento...

Como a diferença percentual entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (do Partido dos Trabalhadores) e Flávio Bolsonaro (do Partido Liberal) foi de apenas 1,87% dos votos válidos, os defensores do atual presidente crêem veementemente que conseguem uma reviravolta quantitativa, até o dia 25 de outubro de 2026, quando acontecerá o segundo turno eleitoral. Para isso, esforçam-se para conseguir o apoio dos indecisos e de candidatos derrotados de outros partidos. O que traz à tona uma pergunta recorrente: os inimigos de nossos inimigos são, de fato, nossos aliados?

Já que esta é uma coluna sobre crítica de cinema, um filme que sempre recomendamos em momentos de crise é o clássico “O Bravo Guerreiro” (1968, de Gustavo Dahl), sobre um deputado filiado ao fictício Partido Radical, que consente em realizar alianças com adversários governistas, mas é tragado pelas contradições inelutáveis a este processo, o que interfere em seu cotidiano particular. Numa discussão com sua esposa, por exemplo – interpretada por Maria Lúcia Dahl [1941-2022], que foi casada com o cineasta –, este

deputado, de nome Miguel Horta (Paulo César Pereio, em interpretação surpreendentemente contida), ouve que *“não se pode salvar o mundo quando não se consegue sequer salvar o próprio casamento”*. Este dilema aplicar-se-á a todas as áreas de sua vida. A sensação de fracasso é desalentadora. Resta-lhe pôr um revólver na boca, literalmente, quando isto já fôra feito, em âmbito metafórico.

Apesar de ostentar o cartaz do filme, esta cena icônica só aparece na última seqüência. Mas não há nenhum ‘spoiler’ nesta revelação imagética, muito pelo contrário: este dilema atroz é emulado desde o primeiro instante, e metonimiza a fragilidade psicológica do protagonista, frente ao cabedal de traições que abunda em relação às alianças políticas (inicialmente, bem-intencionadas e democráticas) que ele negociou. No desfecho, tudo redundando em abandono e na necessidade de puxar (ou não) o gatilho. Ou seja, tomar uma decisão a partir das escolhas (inevitáveis) que lhe surgiram anteriormente. O que acontece a partir daí? Algo resiste ao armamentismo suicida? A vida real, quase sessenta anos após a realização desta obra-prima de nosso cinema, segue demonstrando que cada ação em nosso dia-a-dia é um gesto político, incluindo o simples ímpeto de sair de casa para abraçar um grupo de amigos. A política é algo que traz conseqüências tanto para nós quanto para quem está ao nosso redor, pois abrange decisões públicas, concernentes à vida em sociedade. Como encarar esta constatação, de maneira sóbria, quando se percebe, de maneira tão escancarada, um país rachado ao meio? Há ainda tempo para se propor uma guinada educacional, mediante a sugestão de filmes como o que agora exortamos? É a nossa opção, a despeito de qualquer resultado amedrontador. Espero que o editor deste jornal não me odeie por disparar um textinho à beira do truísmo, no derradeiro instante, desobedecendo um prazo de revisão previamente estabelecido. O apelo publicável surge, entretanto, como o grito de alguém que estrebucha, perante o sadomasoquismo votante de alguns companheiros de cidadania. No jogo democrático, isto faz parte do processo: às vezes, ganha-se; outras, perde-se. Mas é necessário respeitar algumas regras. Sem um país para gerir, o cargo presidencial angariado anula a sua prescrição funcional. De um lado, temos alguém que não hesita em entregar o Brasil a interesses (destrutivos) estrangeiros; do outro, alguém que já foi aprisionado, mais de uma vez, por reivindicar direitos proletários. Preciso declarar em quem, enquanto brasileiro, acredito que devemos eleger?

Wesley Pereira de Castro.

Fonte da imagem disponível em: https://i.ytimg.com/vi/jxA_aMtCPh8/sddefault.jpg